

**HABEAS CORPUS Nº 553.279 - PR (2019/0380303-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
JULIO CESAR DUAILIBE SALEM FILHO - PI005699  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : ANDRE BENVINDO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ANDRE BENVINDO**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que, em 6/9/2019, o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Posteriormente, a prisão foi convertida em preventiva.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada.

Neste *writ*, a defesa alega que "o Juízo de primeiro grau, de ofício, sem qualquer manifestação do Ministério Público ou da autoridade policial, decretou a prisão preventiva do paciente, o que lhe é vedado." (e-STJ, fl. 6)

Ressalta que "De fato, o paciente já foi condenado pelo mesmo delito, no entanto, a condenação data de 2012, sendo que, desde então, não houve ulterior notícia de cometimento de delito. Ademais, independentemente de eventuais registros criminais por parte do paciente, a quantidade de droga apreendida (3g de cocaína) não apresenta lesividade concreta a justificar a prisão cautelar do paciente; até porque, como ele mesmo afirmou quando interrogado pela autoridade policial (seq. 1.11), a droga destinava-se a consumo próprio." (e-STJ, fl. 8)

Aduz que "a prisão preventiva do paciente é desproporcional devido a sua conduta minimamente ofensiva, bem como que os fins acautelatórios almejados quando da ordenação da preventiva podem ser perfeitamente alcançados com a aplicação de medidas cautelares diversas." (e-STJ, fl. 9)

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva do paciente, ainda que com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 90-91).

Foram apresentadas informações (e-STJ, fls. 94-97).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *habeas corpus* (e-STJ, fls. 100-103).

**É o relatório.**

Decido.

Nas informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, verifica-se que, em 29/1/2020, foi prolatada sentença que condenou o paciente nas sanções do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão e pagamento de 558 dias-multa, em regime fechado, sendo indeferido o apelo em liberdade, nos seguintes termos:

"ANDRÉ permanecerá custodiado. O *fumus comissi delicti* foi

confirmado, agora, com a condenação. O *periculum libertatis* também continua presente. Por brevidade faço remissão aos fundamentos lançados nas decisões de eventos 10 e 121. **O acusado registra duas condenações, uma delas por tráfico. Não fosse isso, praticou o crime objeto deste processo durante o cumprimento de pena – tudo isso a indicar risco de reiteração criminosa** [e. 8]. A prisão, portanto, é imprescindível como forma de garantia da ordem pública. Acrescento, finalmente, do contrassenso em se soltar quando são condenados réus que permaneceram presos durante o processo; essa atitude relega a efetividade do direito penal e não milita em prol da prevenção geral.

Entretanto, a jurisprudência da Quinta Turma desta Corte já se manifestou que a sentença penal condenatória superveniente, que não permite ao condenado o recurso em liberdade, somente prejudica o exame do *habeas corpus* quando contiver fundamentos diversos daqueles utilizados na decisão que decretou a prisão preventiva, o que não ocorreu no caso dos autos.

Por oportuno, vejamos o que consta no referido decreto construtivo:

"No presente feito, verifica-se que há (pelo auto de exibição/apreensão e provas da materialidade delitiva movs. 1.7 e 1.9 pelo laudo de constatação provisória - ), bem como , que recaem sobre o indícios de autoria autuado, conforme se extrai das declarações dos policiais responsáveis pela sua prisão (movs. 1.3 e 1.5).

Depreende-se dos autos que os policiais militares receberam informações de que no endereço residencial abordado estava ocorrendo tráfico de drogas. Em diligências, *in loco*, avistaram o autuado no portão da casa. Ainda, na residência foram apreendidas três gramas de cocaína (divididas em 5 buchas), oito pedaços de plástico para embalar a droga, prato de vidro, cartão de papel e um aparelho celular, o qual foi desbloqueado pelo autuado e onde foram encontradas mensagens de usuários, o que corrobora a traficância ora relatada.

Assim, a conjuntura dos fatos não é nada favorável ao autuado. Isso porque, além do crime em questão se revestir de gravidade – tráfico de drogas, **o autuado registra condenação pretérita pelo mesmo crime . (mov. 8.1). Nesta medida, a segregação cautelar deve ser decretada a fim de garantir a ordem pública, calcada na possibilidade concreta de reiteração criminosa.**

Neste ponto, mister registrar que as políticas de segurança pública têm empreendido esforços constantes na luta contra o tráfico de entorpecentes, formador do crime organizado, fomentador de inúmeros outros crimes e causador da destruição de inúmeros jovens e famílias.

Portanto, se mostram inadequadas e insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão trazidas pela Lei nº 12.403/2011, eis que não há dúvidas de que, se colocado em liberdade, o autuado voltará a delinquir.

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica,

por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a custódia cautelar está suficientemente motivada na garantia da ordem pública, diante do risco de reiteração delitiva do agente.

Conforme ressaltado no decreto preventivo "o autuado registra condenação pretérita pelo mesmo crime" (e-STJ, fl. 20).

Com efeito, "a persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

No mesmo sentido:

**"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. DENEGADA A ORDEM.**

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Conquanto não seja elevada a quantidade de droga apreendida, são idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, por evidenciarem o risco de reiteração delitiva, visto que, cerca de trinta dias após haver sido beneficiado com a concessão de liberdade provisória, o acusado foi novamente preso em flagrante, pela suposta prática de delito de mesma natureza, e já registra condenação criminal na ação penal relativa a tais fatos, circunstância suficiente, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Denegada a ordem."

(HC 511.692/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019).

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, porquanto a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do recorrente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 91.896/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018; HC 426.142/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 5/4/2018, DJe 16/4/2018; e HC 400.411/SE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 15/12/2017.

Ademais, "O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a conversão da prisão em flagrante em custódia preventiva pelo Juízo monocrático, independentemente de representação da autoridade policial ou do Ministério Público, encontra respaldo no art. 310, II, do Código de Processo Penal." (RHC 103.642/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 12/03/2019)

Ainda nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS APREENDIDAS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - Ab initio, não configura nulidade a decretação, de ofício, da prisão preventiva, quando fruto da conversão da prisão em flagrante, haja vista o expresse permissivo do inciso II do art. 310 do Código de Processo Penal (precedentes).

II - A não realização de audiência de custódia, desde que observadas as garantias constitucionais e processuais, não tem o condão de, por si só, dar azo à nulidade da prisão preventiva.

III - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

IV - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada a quantidade e variedade de entorpecentes apreendidos em seu poder (31 invólucros de plástico contendo "crack" e 1 invólucro de plástico contendo maconha). Ademais, noticiam os autos que houve o envolvimento de menor na prática dos delitos, tudo isso a indicar maior desvalor das condutas perpetradas (precedentes).

V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Recurso ordinário desprovido."

(RHC 78.737/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 15/03/2017)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator